



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE OPERAÇÕES TÁTICAS - COT/DIREX/PF

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08211.000429/2022-47

**TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO
(COMPRAS)**

**SEPOM/COT/DIREX/PF
PREGÃO Nº XX/2022
(Processo Administrativo n.º 08211.000429/2022-47)**

1. OBJETO

1.1. Licitação para aquisição de 64 (sessenta e quatro) LANCHAS DE PATRULHA E INTERCEPTAÇÃO (LPI) COM CARRETA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO, sendo 44 (quarenta e quatro) unidades para a Polícia Federal e 20 (vinte) unidades para Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e pormenorizada no Anexo 1 (Caderno de Especificações Técnicas) deste TR:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	Métrica / Unidade	QTDE	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
1	1	LANCHA DE PATRULHA E INTERCEPTAÇÃO	Unidade	64	R\$ 4.505.417,17	R\$ 288.346.698,56
VALOR GLOBAL MÉDIO						R\$ 288.346.698,56

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	COD. NCM	UNIDADE	Qtd. MÍNIMA A SER COTADA	Qtd. TOTAL	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
1	Lancha de Patrulha e Interceptação (LPI)	19.1905	89.06.90.00	unidade	64	64	64

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador: CGAD – UASG 200334				
item	descrição/especificação	unidade de medida	requisição máxima	quantidade total
1	Lancha de Patrulha e Interceptação (LPI) para a Polícia Federal (PF)	unidade	44	44

Órgão Participante: DIOP/SEOP/MJSP				
item	descrição/especificação	unidade de medida	requisição máxima	quantidade total
1	Lancha de Patrulha e Interceptação (LPI) para a Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SEOP/MJ)	unidade	20	20

A utilização de cotas para micro e pequenas empresas não possui pertinência, vez que o valor unitário dos item ultrapassa os R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Não incide no presente Termo de Referência os artigos 47 e 48 da Lei Complementar 123/2006, conforme dispõe o artigo 49 da referida norma:

"Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

(...) II – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;(...)"

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 48 (quarenta e oito) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

A embarcação protótipo, barco #01, leva em média 06 (seis) meses para ficar pronto. Ao término desse prazo, ainda existirão pequenos ajustes e formalidades a serem resolvidas, razão pela qual o prazo usual de 12 (doze) meses, seria insuficiente para execução das obrigações da contratada.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser CONTRATADA mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da CONTRATADA e/ou no edital como requisito previsto em lei especial

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos bens é em até 48 (quarenta e oito) meses, contados da assinatura do contrato, em remessa parcelada, conforme cronograma, endereço e quantitativos informado no Anexo - 4 deste TR.

6.2. Antes da produção em série e entrega final das embarcações, a fim de verificar a conformidade dos requisitos técnicos definidos no Termo de Referência, a CONTRATADA deverá comunicar previamente a Contratante para a apresentação da LANCHETA # 01 na fábrica da empresa ou local equivalente, com as respectivas adaptações e grafismos, em atendimento às especificações técnicas do objeto, devendo a Contratante apresentar relatório de vistoria com objetivo de comparar as especificações técnicas mínimas exigidas neste instrumento e seus Anexos. O relatório servirá de documento que orientará o recebimento das demais embarcações a serem entregues.

6.2.1. A Equipe técnica responsável pelo presente Termo de Referência realizará o recebimento provisório das lanchas, com a devida avaliação da LANCHETA#01 conforme os critérios estipulados nas especificações técnicas.

6.2.2. Os custos de diária e passagens das Comissões serão realizados por cada Órgão, individualmente.

6.2.3. Após a assinatura do contrato, a LANCHETA #01 deverá ser apresentada no prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir da emissão da carta de crédito.

6.2.4. A empresa deverá comunicar à Administração, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, sobre a disponibilidade da LANCHETA#01 para procedimentos de viagem da Equipe de recebimento, podendo a data de aplicação dos ensaios ser prorrogada a critério da comissão designada.

6.2.5. Serão observados, pela equipe avaliadora, os critérios técnicos previstos neste Termo de Referência.

6.2.6. A embarcação será computada no quantitativo a ser fornecido, devendo o relatório de verificações devidamente corrigido em termos finais, acompanhar a documentação de entrega de modo a facilitar a verificação da embarcação com as especificações contratadas.

6.2.7. A Equipe Técnica poderá vistoriar a qualquer tempo a fabricação das embarcações, onde serão realizadas confrontações com os dados de projetos já fornecidos, bem como solicitar os registros de inspeção de soldas e documentos relativos à construção das lanchas. Os custos de diária e passagens dos integrantes da Equipe Técnica serão custeados por cada Órgão.

6.2.8. A Equipe Técnica poderá solicitar à CONTRATADA, a partir da assinatura do contrato, a apresentação de relatórios de ensaios, testes, laudos e demais provas exigidas por normas técnicas para aferição de qualidade do material. Estas provas serão emitidas às expensas da CONTRATADA e deverão ser de laboratórios acreditados pela ISO/IEC 17025.

6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do fim da vistoria que será realizada na Fábrica da Empresa por Comissão instituída pela Área Técnica, conforme as especificações constantes neste Termo de Referência, no ETP e na proposta.

6.3.1. Será lavrado o respectivo Termo de Recebimento Provisório, circunstanciado, assinado pela Comissão e pelo preposto da CONTRATADA, indicando todas as características do processo de recebimento.

6.3.2. O Termo de Recebimento Provisório deverá compor-se das respectivas Notas Fiscais/Faturas Comerciais, ou no caso de importações procedentes de CONTRATADA estrangeira, da fatura pró-forma (proform invoice).

6.3.3. Os bens serão recebidos tanto provisória quanto definitivamente por Comissão Específica, designada pela Área Técnica, na qual deverá haver, no mínimo, dois integrantes da Equipe que elaborou/aprovou as especificações técnicas, com objetivo de verificar sua conformidade (Conforme Anexo 2 deste TR).

6.3.4. Os bens serão recebidos definitivamente em até prazo de 5 (cinco) dias após o recebimento no porto designado no Anexo 4 do Termo de Referência e conferência dos detalhes listados no termo de recebimento provisório e dos requisitos presentes nos anexos do Termo de Referência.

6.3.5. Junto com a documentação da embarcação deve ser entregue os termos referentes ao item 3 do Anexo 1 do Termo de Referência.

6.3.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da embarcação no local de destino designado pela Administração, momento que será verificada a qualidade, documentação correlata à embarcação e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado a ser elaborado por Comissão específica diversa da Comissão de recebimento provisório, devendo atender as seguintes condições:

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.4.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.4.3. Os bens serão recebidos por comissão designada pela Área Técnica da Polícia Federal (com conhecimento do objeto a ser adquirido), mediante portaria, com o objetivo de verificar sua conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e seus anexos, e o recebimento será realizado:

6.4.3.1. Devido ao valor financeiro extremamente elevado, antes do embarque da 1ª remessa para o Brasil, será enviada uma comissão formada por no mínimo 04 (quatro) servidores da Polícia Federal, designados pela área técnica demandante, para realizar avaliação de conformidade do lote e testes de desempenho e pilotagem na embarcação, evitando-se qualquer inconformidade facilmente sanável na origem (uma vez que, em solo brasileiro, haverá dificuldades técnicas e logísticas para realização dos mesmos).

6.4.3.2. Para os bens fabricados no Brasil, uma comissão formada por, no mínimo, 04 (quatro) servidores da Polícia Federal, designados pela Área Técnica Demandante, realizará vistoria do lote com realização de testes de pilotagem na embarcação antes de sua entrega definitiva, a fim de verificar possíveis inconformidades com as especificações do Termo de Referência e seus anexos.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão especialmente designada;

7.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus Anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.3. Designar formalmente os fiscais do Contrato, por intermédio de Comissão Especial, formada por servidores da área técnica e administrativa, na forma do Art. 67 da Lei nº 8.666/93 e alterações;

7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, concernentes ao objeto do Contrato.

7.5. Manter contato com o preposto da licitante CONTRATADA, visando assegurar a prestação do fornecimento de forma eficiente e na forma do contratado.

7.6. Quando se tratar de produto controlado e restrito, a Contratante solicitará junto ao órgão competente do Ministério da Defesa, o Certificado Internacional de Importação, nos termos do § 1º, art. 37 do Decreto 9.847/2019, em nome da Contratante, como Importador e da CONTRATADA, como exportador, no caso de empresa ou sociedade estrangeira que não funcione no Brasil.

7.7. Fornecer à CONTRATADA todas as informações e documentos necessários ao desembaraço alfandegário, caso seja necessário.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus Anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal/invoice, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência, certificação, prazo de garantia ou validade e VIN (Vehicle Identification Number) da carreta rodoviária de transporte;

8.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado de uma relação da rede de assistência técnica autorizada e do manual do usuário, com uma versão em português;

8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Anexo 3 deste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

8.1.9. São de exclusiva conta e responsabilidade da CONTRATADA, além das previstas em lei e nas normas aplicáveis que integram o presente Termo de Referência, independentemente de transcrição, as obrigações constantes deste item.

8.1.10. Os ensaios, testes, homologações, registros e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correrão por conta da CONTRATADA, caso seja necessário.

8.1.11. Executar fielmente o fornecimento, entregando o objeto contratado nas condições, prazos e quantidades pactuadas, de acordo com as exigências constantes no Termo de Referência, Edital e proposta comercial, sem ônus adicionais para a Contratante.

8.1.12. Não transferir, no todo ou em parte, a prestação dos serviços de garantia do objeto da contratação, exceto com a expressa autorização da Contratante.

8.1.13. Comunicar à Administração, por escrito, irregularidade ocorrida ou observada durante o fornecimento, ou ainda qualquer anormalidade de caráter urgente.

8.1.14. Orientar seus funcionários a manterem sigilo sobre fatos, atos, dados ou documentos de que tomem conhecimento e que tenham relação ou pertinência com a Polícia Federal, durante e após a entrega dos bens, e que o descumprimento sujeitará o infrator à aplicação das sanções civis e penais cabíveis.

8.1.15. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o parágrafo primeiro do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

8.1.16. Comunicar à Contratante imediatamente após o conhecimento de qualquer problema, modificação de projeto, regras de uso e/ou segurança envolvendo o equipamento em questão;

8.1.17. Prestar os serviços dentro das normas técnicas preconizadas pelo fabricante do equipamento e/ou acessório que optou por utilizar no produto.

8.1.18. Repor, trocar, substituir, recolher, transportar para a origem/destino e vice-versa, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, às suas exclusivas expensas, no total ou em parte, os equipamentos em que se verificarem fornecidos com erros, fora do padrão exigido, defeituosos, incorretos, decorrentes do fornecimento prestado, incluindo os fatos advindos de seus terceirizados contratados, a contar do recebimento da comunicação expedida pela área competente da Contratante;

8.1.19. Estar o objeto devidamente certificado pela área fiscalizadora de produtos controlados, nos casos em que os objetos tenham essa obrigatoriedade, nos moldes estabelecidos pela Lei nº 10.826/03 e Decreto 10.030/2019.

8.1.20. Escolher, contratar e pagar os honorários da empresa Comissária de Despacho Aduaneiro (despachante), que prestará assistência à Comissão de Recebimento da Contratante para o desembaraço aduaneiro, no caso de empresa ou sociedade estrangeira que não funcione no Brasil, caso seja necessário, por conta, risco e responsabilidade da empresa que representar o(s) proponente(s) estrangeiro(s) no Brasil.

8.1.21. Responsabilizar-se por todo auxílio necessário ao Despachante Aduaneiro ou Comissão designados pela Contratante, devidamente credenciado perante o Sistema de Comércio Exterior – SISCOMEX, para o efetivo desembaraço alfandegário junto aos órgãos aduaneiros e demais órgãos governamentais que possam estar envolvidos no processo de regularização de entrada do objeto desta licitação no país, cuja responsabilidade pela escolha, contratação e pagamento dos honorários da empresa Comissária de Despacho Aduaneiro ("Despachante") correrá exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa CONTRATADA.

8.1.22. Entregar manuais, acessórios, certificados, instrumentos e ferramentas, conforme especificados neste Termo de Referência.

8.1.23. Responder por todos e quaisquer ônus referentes ao fornecimento do objeto do contrato, tais como fretes, impostos, seguros, taxas, encargos sociais e obrigações trabalhistas e civis, treinamento, decorrentes do objeto do presente contrato, renunciando expressamente qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com a Contratante.

8.1.24. No momento da assinatura do contrato, fornecer relação de preços, para todas as peças do equipamento e seus acessórios, para os serviços de assistência técnica, e outros mais que julgar pertinente, discriminando-os.

8.1.25. Para bens oferecidos do exterior, através de importação direta em nome da Contratante, a se processar com imunidade tributária com amparo no art. 150, VI, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, caberá ao licitante vencedor apresentar, até 2 (dois) dias úteis subsequentes ao da adjudicação do Pregão, a Proform Invoice, contemplando os valores corrigidos a menor, em virtude dos lances ofertados, com os dados bancários, de modo a viabilizar o procedimento de importação e de pagamento no exterior.

8.1.26. Retirar das dependências da Contratante, os equipamentos porventura impugnados pela comissão de recebimento, sendo expressamente proibido manter quaisquer equipamentos que não satisfaçam as especificações.

8.1.27. São Obrigações Operacionais da CONTRATADA, entre outros aspectos:

8.1.27.1. Utilizar somente peças, materiais e acessórios originais, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens do mercado paralelo ou de outra procedência, sem expressa e prévia autorização da Contratante.

8.1.27.2. Fornecer à Contratante toda a documentação técnica, desenho técnico do objeto, necessário para a perfeita administração e/ou acompanhamento do Contrato.

8.1.27.3. Informar a Contratante qualquer alteração dos manuais, características técnicas do produto (peças, resistência, condições de uso, possibilidade de falhas, etc) ou outras alterações que influenciem no uso/manutenção/segurança do produto e/ou seus usuários.

8.1.27.4. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a CONTRATADA deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9. DA SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9.2. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. Os custos serão pagos pela Polícia Federal, e no caso da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SEMPI/MJ), pelo Ministério da Justiça (MJ)

11.1.2. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, carta de crédito, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, para fornecedor nacional ou estrangeiro por simples remessa, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993 ou conforme instituição bancária, para fornecedor nacional ou estrangeiro, no caso de carta de crédito.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. **Em caso de emissão de cartas de crédito, os custos inerentes, que atualmente estão entre 1% a 1,5% do valor do contrato, serão de responsabilidade da CONTRATADA, devendo sua proposta abarcar tais valores.**

12.3.1. **A carta de crédito preverá, ainda, a liberação de valores parcial, a partir das entregas graduais das lanchas. Ou seja, a carta de crédito será única, mas deverá prever 64 liberações parciais, sendo que cada parcela se referirá ao valor unitário da embarcação com acessórios.**

12.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4.1. Constatando-se junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.7. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

12.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12.2. No caso de CONTRATADA brasileira, quando do pagamento, serão retidos na fonte os tributos elencados na Instrução Normativa nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal, ou de norma superveniente emitida por Órgão competente.

12.12.3. No caso da CONTRATADA estrangeira, toda a documentação equivalente apresentada na fase de habilitação deverá ter validade quando da realização do pagamento ou apresentação de documentação comprobatória da manutenção das condições de habilitação, sendo que em caso contrário a contratante deverá notificar a contratada para que sejam sanadas as pendências no prazo de 30 (trinta) dias corridos, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa da contratada aceita pela contratante.

12.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.13.1. O prazo do subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Administração.

12.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	$\frac{(6/100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-----------------------	--

12.15. O Pagamento será realizado segundo o regulado pela Receita Federal do Brasil e diretrizes das Políticas Monetária e de Comércio Exterior, conforme o caso, após apresentação das Faturas, Nota Fiscal ou Proforma Invoice e emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela Comissão de Fiscalização, observado o disposto no item relativo ao controle da execução, o artigo 42, caput e §3º, da Lei nº 8.666, de 1993, a Lei nº 4.320/64 e, ainda, a Lei n. 10.192/01 c/c o Decreto-Lei n. 857/69, na seguinte forma:

12.15.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento ou documento equivalente.

12.15.2. PARA O CASO DE PROPOSTA DE PREÇOS EM MOEDA BRASILEIRA (Real), o pagamento será realizado por meio crédito em conta bancária; situação em que o proponente deverá fornecer todas as informações para a emissão da respectiva ordem de pagamento e/ou crédito documentário, conforme o caso, pelo banco emissor (issuing bank).

12.15.3. PARA O CASO DE PROPOSTA DE PREÇOS EM MOEDA ESTRANGEIRA (Dólar Americano ou Euro), o pagamento poderá ser efetuado por meio de crédito em conta Bancária ou Carta de Crédito Internacional emitida pelo BANCO DO BRASIL (a depender dos termos da proposta do licitante vencedor-opção pela Carta de Crédito ou crédito em conta), nos termos da legislação em vigor, **cuja validade corresponderá ao prazo de entrega do objeto licitado** e sua liberação para pagamento ocorrerá mediante comunicação a ser feita ao emissor, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela Contratante.

12.15.4. Os custos da emissão da carta de crédito correrão por conta da CONTRATADA.

12.15.5. O contratado, fornecedor estrangeiro ou nacional, poderá optar por qualquer uma das duas modalidades de recebimento exemplificadas neste Termo de Referência e de acordo com sua proposta.

12.15.6. Todas as despesas referentes à emissão de ordem de pagamento e/ou abertura de crédito documentário junto ao Banco do Brasil S/A serão custeadas pela CONTRATADA. Tais valores serão suprimidos do valor principal a ser pago pela Administração, posto que serão aplicados na emissão da Carta de Crédito. Caso o valor previsto para a emissão seja maior que o valor efetivamente empregado na emissão, o excedente não será revertido a crédito da CONTRATADA. Os valores aqui referendados deverão ser analisados pela Empresa no momento da elaboração da sua proposta.

12.15.7. Sendo necessária emenda da carta de crédito, como prorrogação ou alteração de condicionantes, as despesas que venham a incidir serão custeadas por quem deu causa à emenda.

12.15.8. O pagamento realizado a licitante brasileira será efetuado em Reais (R\$), e no caso desta oferecer proposta em moeda estrangeira, mediante conversão pela taxa de câmbio, de compra, vigente para moeda estrangeira segundo o valor disponibilizado pelo Sistema de Informações do Banco Central do Brasil - SISBACEN, Boletim de Fechamento, no dia útil imediatamente anterior à data do efetivo pagamento.

12.15.9. A cada pagamento ao fornecedor brasileiro, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital bem como identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.15.10. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, para fornecedor nacional e estrangeiro no caso de pagamento por simples remessa, e conforme instituição bancária, para fornecedor nacional ou estrangeiro no caso de carta de crédito, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.16. Não haverá antecipação de pagamento.

DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o IPCA, ou outro que venha a o substituir, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 56 DA LEI Nº 8.666/93)

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1. Tratam-se de bens de fornecimento estante, cuja incidência de defeitos é sanada por meio da troca/substituição dos bens no caso de vícios constatáveis de plano ou na vigência da garantia contratual/técnica. Ademais, as etapas de recebimento provisório e definitivo são filtros aplicados cujo efeito será resguardar a Administração que não pagará pelos materiais recebidos caso constatados inconformes.

14.1.2. A exigência de garantia contratual configura despesa que onera a CONTRATADA e, por conseguinte, o valor dos produtos que serão adquiridos e provoca o desinteresse dos licitantes na medida em que os obriga os a incorrerem em custos e burocracia que se somam ao investimento em insumos e mão de obra para a fabricação e fornecimento dos bens.

14.1.3. Adicionalmente, considerando que este procedimento tem por escopo ampliar a competitividade com a admissão da participação de fornecedores estrangeiros, a exigência de emissão de garantia em território nacional para essas empresas é fator sabidamente desestimulante e complicador de sua participação e poderá anular os esforços envidados para promover a ampla competição.

14.1.4. Interessa à Administração a ampliação da competitividade. Por meio da concorrência obtém-se os melhores preços. Na vigência da proteção dada pelo sistema de recebimento e garantia contratual dos bens, a exigência de garantia de execução, no caso, configura-se como medida que onera os fornecedores sem prover contrapartida em proteção para a Administração, razão pela qual é dispensada.

A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

15.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo os descritos no Anexo 3 deste TR ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

15.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

15.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria CONTRATADA, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

15.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

15.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

15.6. Uma vez notificada, a CONTRATADA realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito de acordo com o componente e conforme os prazos descritos no Anexo 3 deste TR, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela CONTRATADA ou pela assistência técnica autorizada.

15.6.1. No caso do equipamento necessitar de emissão de Certificado de Importação e autorização da DFPC (Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados) do Exército Brasileiro, o prazo será de 45 (quarenta e cinco) dias úteis a contar da emissão dos documentos necessários para importação dos mesmos.

15.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da CONTRATADA, aceita pelo Contratante.

15.8. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela CONTRATADA, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

15.9. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da CONTRATADA.

15.10. A garantia legal do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) comportar-se de modo inidôneo; ou
- d) cometer fraude fiscal;

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II - **Multa**:

- (1) moratória de **0,5%** (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- (2) multa compensatória de **20%** (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- (3) em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

III - **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "IV" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

16.4. As sanções previstas nos subitens "I", "III", "IV" e "V" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 16.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 16.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da [Lei nº 12.846, de 2013](#), seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. TREINAMENTO:

17.1. A Contratada deve apresentar pacote de treinamento para as localidades de entrega previstas no Anexo 4 do Termo de Referência. Será realizado um treinamento em cada localidade de entrega a partir da primeira entrega naquele local.

17.2. Cada evento de treinamento será de (5) dias úteis, com módulos referentes a Operação e Manutenção, destinados para até dez (10) policiais.

17.3. O treinamento consistirá em: Visão geral da embarcação e de todos os equipamentos instalados, incluindo mas não limitado, aos sistemas de navegação, sistemas de comunicação, propulsão, sistema de colar flutuante, sistemas elétricos, reboque. O treinamento em andamento inclui verificações pré e pós-operacionais, manobras de proximidade, lançamento e recuperação, familiarização de componentes e solução de problemas, reboque e ancoragem. Todos os custos de passagem aérea do instrutor, hotel, transporte local, refeições, etc., serão fornecidos pela Empresa.

17.4. Deverá, ainda, ser explicado em detalhes os procedimentos de realização de ativação das lanchas, a partir da ativação realizada na lancha do treinamento, a fim de capacitar os policiais para a realização da ativação no local de sua lotação.

17.5. A Polícia Federal do Brasil é responsável pelo custo do combustível utilizado durante o treinamento, colocação dos barcos no local do treinamento e fornecimento de instalações adequadas em sala de aula, conforme necessário. Um programa de treinamento será fornecido pela Empresa e aprovado pela Polícia Federal do Brasil após a execução do contrato.

18. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

18.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

18.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

18.3. Os critérios de **qualificação técnica** a serem atendidos pelo fornecedor serão:

18.3.1. Comprovação de que possui barcos das características descritas neste Termo de Referência, vendidos há mais de 5 (cinco) anos e que ainda estejam em pleno funcionamento. Para a comprovação, a Licitante deverá juntar aos autos declaração de pessoas jurídicas de direito público ligadas às atividades de polícia marítima, devendo ser observada a legislação pátria vigente para a formalidade documental.

18.3.2. Comprovar que a Empresa é Construtor de Navios e/ou Construtor de Barcos e o proprietário do projeto apresentado na proposta. Para tanto, deverá apresentar documentação demonstrando que é classificado pelo governo do local de suas atividades como sendo um Construtor de Navios e/ou Construtor de Barcos;

18.3.2.1. Deverá, a Empresa, fornecer um certificado de existência, registro ou carta do governo do local de suas instalações fabris, declarando, para tanto, que é uma empresa registrada como um estaleiro naval - construtor de barcos ou navios;

18.3.2.2. A Empresa deve ser proprietária do projeto da embarcação que está sendo proposta, apresentando documentação;

- 18.3.2.3. A Empresa deverá declarar que será a fabricante (em seu estaleiro naval) do projeto apresentado na proposta;
- 18.3.2.4. Para fins de comprovação da **capacidade técnico-operacional**, a licitante deverá apresentar Atestados de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ligadas às atividades de polícia marítima, nacional ou internacional (caso em que o documento deverá atender às normas para reconhecimento de documentos internacionais em território nacional pela Administração Pública para Entidades Públicas), comprovando o fornecimento de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) que equivale a 32 unidades de barcos de alumínio de 7 a 9 metros de comprimento de casco nos últimos 2 anos a agências militares e/ou policiais ou governamentais.
- 18.3.2.5. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas (tudo na mesma embarcação):
- embarcações semirrígidas de uso policial, guarda costeira, resgate, serviço ou militar (não serão aceitas embarcações de esporte e recreio, e/ou embarcações esporte e recreio modificadas apenas na pintura e grafismo);
 - cabine de comando ou cockpit;
 - confeccionado em alumínio naval conforme item 3 do Anexo 1 do TR;
 - propulsão por motor de popa;
 - tamanho da embarcação de 7 a 9 metros, não considerando os motores (ISO 8666:2002 embarcações pequenas);
- 18.4. A empresa deverá apresentar, junto com a proposta, as seguintes especificações construtivas da embarcação ofertada: casco e convés, projeto do fundo, aletas de desempenho, sistema de colar de FOAM e cálculos da norma ISO 122217-1-2015. Além disso, a empresa deverá fornecer documentação pertinente de engenharia, imagens e modelos em 3D ou desenhos GA, apresentando especificamente cada uma das características de projeto descritas abaixo e como o projeto atende aos requisitos.
- 18.4.1. Os requisitos e exigências estão elencados no Anexo 1 deste TR;
- 18.5. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 18.5.1. Valor Global: R\$ 288.346.698,56 (duzentos e oitenta e oito milhões, trezentos e quarenta e seis mil seiscentos e noventa e oito reais e cinquenta e seis centavos)
- 18.5.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.
- 18.6. O critério de julgamento da proposta é o menor preço item.
- 18.7. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
19. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**
- 19.1. O custo estimado da contratação são os constantes no item.1.1. deste Instrumento.
20. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**
- 20.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

Brasília-DF, 17 de agosto de 2022.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO			
Nome	JOÃO PAULO MELO MASCARENHAS		
Mat. PF	18.485	Lotação	COT/DIREX/PF
Nome	LUÍS HENRIQUE DE ALMEIDA		
Mat. PF	8593	Lotação	SR/PF/SE
Nome	SAMUEL LOPES		
Mat. PF	20.662	Lotação	CZO/DPF/SR/PF
Nome	APF ERICSSON ROMMEL ASSUNÇÃO DE SOUZA		
Mat. PF	8.519	Lotação	APOSENTADO

APROVAÇÃO - Sr. Ordenador de Despesas

Aprovo o presente Termo de Referência e seus anexos, por constatar que sua concretização observou os critérios que norteiam a Administração Pública. Constam justificadas, a necessidade da contratação, a delimitação de seu objeto, aspectos técnicos fundamentais, obrigações das partes envolvidas bem como estimativa de custos da contratação.

ANDRÉ VIANA ANDRADE
Delegado de Polícia Federal
Diretor de Administração e Logística Policial

21. ANEXOS DESTES TR:

- ANEXO - 1 TR - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA LPI (SEI nº 24528247);
- ANEXO - 2 TR - TESTE DE ACEITAÇÃO (SEI nº 24528508);
- ANEXO - 3 TR - GARANTIA (SEI nº 24528557);
- ANEXO - 4 TR - CRONOGRAMA DE ENTREGA (SEI nº 24528587);
- ANEXO - 5 TR - JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS - (SEI nº 24528617);
- ANEXO - 6 TR - MODELO DE PROPOSTA INTERNACIONAL (SEI nº 24528648);
- ANEXO - 7 TR - MODELO DE PROPOSTA NACIONAL (SEI nº 24627242);
- ANEXO - 8 TR ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EM INGLÊS -CARRETA (SEI nº 23756126)
- ANEXO - 9 TR ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EM PORTUGUÊS CARRETA (SEI nº 23756142)



Documento assinado eletronicamente por **ERICSSON ROMMEL ASSUNCAO DE SOUZA, Agente de Polícia Federal**, em 19/08/2022, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SAMUEL LOPES, Agente de Polícia Federal**, em 19/08/2022, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE VIANA ANDRADE, Diretor(a)**, em 19/08/2022, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **24518864** e o código CRC **E49A2951**.